



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Cultura, Patrimônio e Lazer na Construção Social do Espaço Público no Rio de Janeiro: A “Revitalização” da Lapa.

Joseane Paiva Macedo Brandão¹.

Doutoranda em Sociologia – Universidade Federal de Sergipe (UFS).

bjoseane@hotmail.com.

Este trabalho apresenta os primeiros resultados de um projeto de pesquisa² que trata da “revitalização” da Lapa, região no centro antigo do Rio de Janeiro. Hoje em dia é comum encontrar em jornais, revistas, sites da internet e em trabalhos acadêmicos falas que ressaltam a Lapa como local que recuperou dinâmica urbana após um período anterior de “decadência”. Os sinais dessa decadência relacionam-se à degradação dos imóveis urbanos, perda e degradação das funções habitacionais, ocupação dos imóveis por pessoas das camadas populares e ambulantes, presença de moradores de rua, prostituição e uma boêmia decadente. Na verdade, a região não estava vazia, nem desprovida de usuários e moradores. É possível dizer, pelo menos inicialmente, que em determinado momento essa área ganha atenção de outros grupos sociais para novos usos, perpassados por novos valores e a reinvenção de imaginários sobre a região.

O uso da palavra “revitalização” entre aspas tem o sentido de estabelecer um diálogo crítico com o termo, pois “revitalizar”, nesse caso, pode ter significados muitas vezes conflitantes para os agentes públicos e privados dessas ações, moradores e usuários. Além disso, termos como revitalização, requalificação, reabilitação viraram lugares comuns quando se trata de intervenções em centros degradados das grandes metrópoles. Entretanto, Peixoto (2009) observa que o caráter técnico que aparece assumir operações de “requalificação” e “reabilitação” urbanas tende a isentá-las da carga política, auto-evidentes em outros processos (enobrecimento, higienização, haussmanização) e esses termos difundiram-se de forma ampla devido a recorrentes intervenções em centros históricos, ou zonas desprezadas ou maltratadas pelo processo de urbanização, para novos usos. O autor ressalta que essas práticas são ideológicas.

¹ Bolsista Capes.

² Projeto de pesquisa de doutorado em Sociologia orientado pelo Prof. Dr. Rogério Proença Leite (UFS).

Nesse sentido, “revitalizações”, também podem ser pensadas como operações de desmonte de estruturas “vernaculares”, como analisa Zukin (2000).

O processo em questão relaciona intervenções urbanas à preservação do patrimônio cultural e o estabelecimento de circuitos de lazer e entretenimento. A discussão apresentada insere-se no debate acerca do sentido das transformações do espaço público das cidades pelas políticas de enobrecimento urbano ou *gentrification* (Harvey, 1992; Featherstone, 1995; Leite, 2004; Smith, 2006; Zukin, 2000) atuantes em área consideradas deterioradas, mas fundamentais como lugares de referências físicas e simbólicas para a memória e história urbanas.

Huysen (2008) afirma que o imaginário urbano é um fato material encorpado e, nesse sentido, parte da realidade de qualquer cidade. “What we think about a city and how we perceive it informs the way we act in it”. (p. 3). Os imaginários em questão envolvem as abordagens dos projetos urbanos oficiais que articularam intervenções na área e também dos atores que selecionam conteúdos culturais para consumo. Nesse sentido, é importante entender os fatores que intervêm na promoção da região como cultural e turística. Como observa Rubino (2009), “o que está em jogo com as áreas centrais é o monopólio da violência simbólica, a que grupos cabem decidir o que fazer com elas, dizer o que elas são ao se construir pretensas vocações (essa, uma palavra comum ao léxico dos urbanistas)”. (p. 36).

Desse modo, busca-se analisar até onde o caso da Lapa aproxima-se das atuais políticas de enobrecimento urbano que implicam a reinvenção de tradições e patrimônios paralelamente a melhoria de infra-estrutura urbana, restauração e refuncionalização de edificações históricas, de forma a criar uma nova imagem da cidade e promover a reapropriação dessas áreas por novas camadas da população e pelo capital, com o desenvolvimento de um circuito de cultura, lazer, entretenimento e turismo, de forma a potencializar sua valorização econômica e inserção no mercado global.

Entretanto, pretende-se escapar à polarização que tem acompanhado esses debates em relação às conseqüências dessas intervenções urbanas na construção dos espaços públicos das cidades. Muitas vezes, justamente pelos projetos de reabilitação urbana invocarem uma nova centralidade, esses espaços da cidade passam a ser centrais

também para diferentes identidades pela possibilidade de ser um *lugar* (Leite, 2004)³ onde relações sociais públicas são formatadas.

Para além da análise da dinâmica urbana a partir forças econômicas, políticas e sociais, Magnani (2002) postula o estudo da cidade a partir de sua dinâmica cotidiana construída pelos usos vernaculares dos espaços, equipamentos urbanos e instituições em distintas esferas sociais. Segundo esse autor, os distintos arranjos coletivos dos atores na paisagem da cidade apresentam padrões que podem ser pesquisados (p. 18).

Certeau (1994) afirma que “a presença e a circulação de uma representação não indica de modo algum o que ela é para seus usuários. É preciso analisar sua manipulação pelos praticantes que não a fabricam” (p.40). A análise de Certeau é bastante instigante ao afirmar que as práticas do tipo tático podem contrariar e questionar a ordem estabelecida, usando os quadros referenciais dessa própria ordem.

Partindo de práticas culturais de consumo e recepção, o autor as concebe como “maneiras de fazer” entre outras, como práticas cotidianas inventivas e regradas, por envolverem “usos”, isto é, ações dotadas de criatividade e formalidade. (...) Concebendo práticas como enunciados, o autor se interessa explicitamente pelos seus contextos de uso. Para tanto, haver-se-ia que considerar, nos termos da polemologia, as relações de força implícitas nessas práticas. Importa distinguir nos usos, “estratégias” (cálculos das relações de força definidos pela postulação de um lugar capaz de ser circunscrito como próprio) de “táticas” (cálculos definidos pela impossibilidade da postulação desse lugar próprio). A perspectiva permite a Certeau equacionar teoricamente conflitos de poder implícitos nas “caminhadas” de transeuntes pelas ruas. (Frehse, 2009: 163).

Arantes (2000) demonstra que o espaço ainda é uma referência significativa, entretanto, não a partir de sentidos unívocos, fronteiras rígidas e identidades fixas. Segundo este último autor, “a experiência urbana contemporânea propicia a formação de uma complexa arquitetura de territórios, lugares e não lugares, que resulta na formação de configurações espaço-temporais mais efêmeras e híbridas do que os territórios sociais tematizados pela antropologia clássica”. (p. 106). “O espaço urbano além de ser constituído por vias e edifícios, é atravessado por redes que não estão ali o tempo todo, elas se materializam no espaço cotidiano da cidade quando são acionadas pelos sujeitos e se desfazem passando a existir como virtualidade ou potência”. (Silva, 2008: 2). Mesmo em áreas que constituíram ao longo do tempo *paisagens de poder*

³ (...) lugares como demarcações físicas e simbólicas no espaço, cujos usos os qualificam e lhes atribuem sentidos de pertencimento, orientando ações sociais e sendo por estas delimitados reflexivamente. (Leite, 2004: 35).

(Zukin, 2000), podem ser geradas configurações liminares onde um significado imprevisto e não esperado decorre da vivência naquele espaço.

2. Políticas de Patrimônio e Preservação dos Centros Urbanos no Brasil.

O primeiro grande momento da trajetória das políticas de patrimônio no Brasil vai dos anos 30 aos anos 60 e caracterizou-se pelo uso do patrimônio de forma estratégica na construção de uma identidade e arte nacionais (Santa'Anna, 2004). Como afirma Leite (2004), “as práticas de patrimônio surgem como iniciativa do Estado e assumem um lugar de destaque na formulação de uma concepção oficial de cultura, voltada para a construção de uma idéia de nação (p. 48). O grande marco desse processo foi a criação do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), por meio do Decreto Lei n. 25 de 30 de dezembro de 1937. Esse órgão federal nascido no contexto das políticas nacionalistas do Estado Novo teve sua constituição tanto conceitual, quanto institucional vinculada ao pensamento modernista (Leite, 2004: 49).

Dentro dessa perspectiva, os modernistas se voltam para as cidades coloniais brasileiras, principalmente mineiras, valorizando a arquitetura barroca como representante de um passado legítimo e original brasileiro. A preservação de exemplares mais significativos do período colonial e de obras representativas do modernismo foi parte fundamental das estratégias narrativas da nação e arte nacionais a partir das práticas discursivas dos intelectuais que formularam essas políticas (Gonçalves, 1996).

Nos anos de 1970, iniciou-se um processo de reestruturação dos elementos discursivos e não discursivos das práticas patrimoniais. O Iphan buscou alternativas para a preservação do patrimônio numa gestão descentralizada e no seu aproveitamento econômico. Desse modo, em consonância com as agências multilaterais atuantes na América Latina, buscou-se promover esse aproveitamento por meio do turismo, relacionando o patrimônio com a política desenvolvimentista da época.

Outra mudança foi a criação de órgãos estaduais de patrimônio de forma a descentralizar a função de preservação. Santa'Anna ressalta, entretanto, que as regras para a seleção e operações de conservação continuaram emanando do Iphan (2004: 28). Nesse período também surgem aparelhos municipais de preservação nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Recife (Santa'Anna, 2004: 28) e as instâncias municipais



instauram novos critérios para a seleção patrimonial e uma nova prática de preservação vinculada ao planejamento urbano. Podemos relacionar essa assertiva com o surgimento do Corredor Cultural na cidade do Rio de Janeiro que será tratado posteriormente nesse texto.

Na verdade, nesse movimento de descentralização da gestão patrimonial surgem novas noções acerca da seleção e conservação de bens patrimoniais inspiradas em documentos internacionais como, por exemplo, a “Carta de Veneza” de 1964 e as recomendações do Encontro de Quito em 1967. Segundo Leite (2004), com a introdução da idéia de *entorno*, transforma-se a idéia da intervenção no patrimônio a partir do reconhecimento do valor urbanístico do bem ou conjunto a ser preservado e, desse modo, assimila as dimensões sociais e econômicas do patrimônio. (p. 54). Além disso, redefiniu-se o conteúdo do valor histórico das áreas patrimoniais que passaram a ser selecionadas como documentos de processos históricos, econômicos e sociais de produção do espaço urbano (Santa’Anna, 2004: 29). Dessa forma, consolida-se no período a ampliação conceitual, temática e tipológica do universo dos bens patrimoniais e de seu campo institucional.

Nos anos de 1990, Santa’Anna ressalta a onda de “requalificações urbanas” executadas pelo poder público em áreas centrais das capitais de vários estados brasileiros que produziu espaços semelhantes, destinados ao turismo e lazer, colocando essas cidades em evidência no cenário nacional. “A existência de diferenciais de identidade vinculados ao patrimônio tornara-se algo essencial para a localização de certas atividades na cidade, bem como para a valorização imobiliária” (Santa’Anna, 2004: 30).

3. Urbanização e a Produção Sócio-Espacial da Lapa.

Atualmente, a Lapa não é uma região homogênea, apresentando áreas de aspectos distintos. O foco inicial do trabalho empírico se constituiu da análise de projetos ligados a preservação do patrimônio cultural e ao planejamento urbano para a área a partir da década de 1980, principalmente aqueles de iniciativa do poder público, considerados importantes para a constituição da “Nova Lapa” no final dos anos 1990.

A área central da cidade do Rio de Janeiro se desenvolveu desde o século XVI até o XIX e se renovou ao longo do século XX. Desde o século XVIII, há a ocorrência de intervenções radicais na área, aterro de várzeas e desmontes de morros e as

intervenção ocorridas do final do séc. XIX até o final da década de 70 visaram alterar seu ambiente construído⁴.

A Lapa, geralmente referida como bairro, é uma pequena região dentro da denominação oficial da II Região Administrativa da cidade do Rio de Janeiro, o bairro Centro. Segundo Silveira (2004), a Lapa passa a ser socialmente valorizada no século XIX, quando a área configurou-se como “local de moradia de famílias abastadas, instaladas em grandes chácaras” (p. 118). No século XVIII, foram construídas as primeiras igrejas, o Aqueduto Carioca (hoje os Arcos da Lapa), maior obra do período colonial na cidade e o Passeio Público. Ao longo do século XIX, várias ruas foram abertas sobre os terrenos aí aterrados.

A grande reforma urbana de Pereira Passos (1902-1906) afetou a área devido à abertura das Avenidas Mém de Sá e Salvador de Sá. Com o desmonte do Morro do Senado, houve urbanização do Largo da Lapa e a construção da Avenida Beira-Mar, daí o desaparecimento da Praia da Lapa com demolição de casas e cortiços. Nessa época, surgem os Projetos de Alinhamento (PAs), política para abertura e redesenho de vias urbanas que passam a ser aí implementados e em outras áreas da cidade. A Reforma pautada na idéia de modernização da cidade e em todo um ideal de vida burguês representado pelo “embelezamento estratégico⁵”. (Silveira, 2004).

A Reforma Passos envolveu quatro tipos de intervenção: de abertura, ampliação e embelezamento de vias e praças no centro da cidade, obras de saneamento; medidas de “limpeza” social, com a remoção de cortiços, eliminação de quiosques de alimentação e a proibição de ambulantes e a construção do novo porto do Rio. (Santa’Anna, 2004: 108).

Foram nos anos 1920 e 1930 que a área da Lapa firmou-se no imaginário da cidade como o berço da boemia carioca. A Lapa ganhou fama pelos seus cabarés, clubes de jogos, botequins, cafés, restaurantes e hospedarias e freqüentada por artistas e intelectuais da época. E com a fundação do Sphan em 1937, os primeiros tombamentos ocorreram na área.

Ao longo dos anos 1950, 1960 e 1970, no período chamado por Silveira (2004) por rodoviarista, foram ali realizadas grandes intervenções. Com o desmonte do Morro

⁴ VAZ, Lilian Fessler & SILVEIRA, Carmen B. (2006). **A Lapa Boêmia na Cidade do Rio de Janeiro: Um Processo de Regeneração Cultural? Projetos, Intervenções e Dinâmica do Lugar.** In: Heliana Comin Vargas; Ana Luisa Howard de Castilho. (orgs.). *Intervenções em Centros Urbanos: Objetivos, estratégias e resultados.* 1ª ed. Barueri - São Paulo: Manole, p. 68.

⁵ Termo usado por Benjamin para se referir à reforma de Haussmann em Paris, pois segundo ele, essas intervenções tiveram um caráter político de evitar manifestações populares e transformar as avenidas de Paris em monumentais espaços de passagem. (Leite, 2004:111).

Santo Antônio nos anos 1950, muito do casario da área desapareceu devido a intervenções que objetivavam a melhoria da circulação viária e para a construção da Praça dos Arcos que se destacaram na paisagem urbana. A Lapa também era zona industrial de pequenos estabelecimentos nos ramos de móveis, confecções, alimentos e bebidas. Até os anos de 1970, na Rua dos Arcos, funcionou o símbolo dessa indústria – a Fundação Progresso, de cofres e fogões.

Até a metade do século XX, o centro da cidade do Rio de Janeiro manteve sua centralidade cultural, apesar da cidade ter perdido sua centralidade econômica desde a industrialização dos anos de 1930 e a transferência da capital federal para Brasília nos anos de 1960. Entretanto, com o desenvolvimento de Copacabana e outros bairros na Zona Sul, as atividades de lazer e entretenimento, principalmente àquelas ligadas ao cinema e ao teatro se deslocaram, provocando um esvaziamento dessas funções na área central. Mas o centro da cidade nunca, de fato, perdeu totalmente a hegemonia na estrutura urbana e metropolitana (Santa'Anna, 2004).

Essa “estagnação” do centro também atingiu a área da Lapa. Além disso, desde 1940, segundo Vaz e Silveira (2006), a repressão às atividades ilícitas pelo Estado novo, a concorrência com Copacabana levam a decadência do mundo boêmio e, juntamente com a deterioração do ambiente construído e as renovações modernizadoras, convergiram para a “degradação” do lugar (p.77).

3.1. O Corredor Cultural e o início da “revitalização” da Lapa nos anos 1980.

A partir da década de 1980, com o projeto Corredor Cultural⁶, inicia-se um processo de preservação e fixação das funções culturais da área central da cidade. A retomada do centro da cidade como pólo de lazer e cultura começou em 1979 e, o projeto em questão, tratado no nível da Secretaria de Planejamento Municipal, objetivava “desenvolver um reforço da função cultural no centro, como forma de otimizar a infra-estrutura implantada, dar mais utilização e vida noturna ao setor, contribuindo ainda para a manutenção de atividades tradicionais julgadas importantes para a sua vitalidade” (Santa'Anna, 2004:120). As atividades relacionavam-se ao comércio popular e à recreação e ao lazer que vinham sendo ameaçadas de expulsão pelas intervenções ligadas à crença na expansão da Área Central de Negócios e a continuidade dessas funções se vinculava à permanência das características

⁶ A Lei Municipal N° 506, de 17 de janeiro de 1984 criou a “Zona Especial do Corredor Cultural”.



morfológicas do tecido urbano antigo. Intelectuais e planejadores reuniram-se em torno desse projeto em defesa da noção de ambiente urbano como “lugar de vida”, contra as idéias ligadas à racionalidade e progresso relacionadas aos planos anteriores. Além disso, inaugura-se uma forma nova de atuar nos espaços da cidade, considerando trechos inteiros como objeto de preservação e não somente monumentos isolados.

Na medida em que a cidade evoluiu, essa função (cultural) se desenvolveu num espaço que pode ser chamado de “corredor” pelo caráter aglutinante e necessidade de interligação numa faixa de espaço urbano. Bares, cinemas, restaurantes, teatros, estão concentrados ou distribuídos linearmente. Por corredor cultural definiu-se o espaço que a função cultural se estabeleceu de maneira contínua no núcleo central da área urbana. (...) Sua maior ou menor vitalidade vai depender da expansão “natural” do núcleo e dos modelos urbanísticos dos órgãos que legislam sobre o uso do solo e a fisionomia da cidade. (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1980, p.17)

Os limites do corredor cultural foram definidos pelo argumento da existência de áreas onde havia a concentração homogênea de atividades e já alguma capacidade para atividades recreativas e culturais. Os critérios de intervenção estabelecidos foram: a) preservação ambiental e cultural; b) reestruturação urbana; c) revitalização de atividades d) amenização do espaço ambiental – ações de melhoria da qualidade ambiental. (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1980).

Foram estabelecidos quatro setores de intervenção (Praça XV, Lapa-Cinelândia, Largo do São Francisco e SAARA). Dentre esses setores, foram identificados subsetores autônomos, com características espaciais e de atividades diferenciadas. O subsetor denominado Lapa-Cinelândia, considerado uma área tradicional de recreação e cultura do centro e um dos poucos com algum movimento noturno e nos fins de semana na época. O critério de intervenção preconizado para a área foi o de revitalização de atividades. Ressaltava-se a necessidade de manutenção e desenvolvimentos dos equipamentos culturais já existentes (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1980:33).

Em relação à Lapa é interessante notar uma visão negativa acerca do impacto do projeto viário na região (av. Norte e Sul) e da introdução de elementos de escala (Catedral Metropolitana, Prédio da Petrobrás) que afetaram o monumento Arcos da Lapa. Já havia uma preocupação com a iluminação do Aqueduto, com o uso cultural do prédio da Fundação Progresso e com a necessidade de diminuição do “excessivo fracionamento” da área (idem: 63). Essa última preocupação também ressaltada

“Projeto Lapa Legal” que começou a ser implementado pela Prefeitura do Rio de Janeiro em 2010.

Santa’Anna (2004) demonstra que entre 1985 e 2001, uma série de leis e decretos municipais foi promulgada com o objetivo de preservar e proteger determinados setores da área central. Os principais instrumentos de proteção foram as APAs (Área de Proteção Ambiental) e as APACs (Área de Proteção do Ambiente Cultural). Nos anos de 1990, é criada a APAC dos Arcos da Lapa. De forma análoga ao Corredor Cultural, nas APACs são identificados os “imóveis preservados”, que deverão ter intervenções mais reguladas e os “imóveis tutelados” que podem ser modificados e até demolidos de acordo com certas regras. (p.125;126).

Algumas ações particulares também contribuíram para mudanças nos usos e usuários da região da Lapa na década de 1980. A implantação do Circo Voador que nasceu em janeiro de 1982, como um projeto de verão na praia do Arpoador. Três meses depois de instalado, o Circo foi despejado da praia. Uma rádio carioca formou uma parceria com o Circo Voador e em outubro de 1982 ele instalou-se na Lapa, com um projeto chamado Rock Voador. Além dos shows e festas, sua atividade principal, o Circo Voador tem algumas atividades sociais, como a Creche do Circo que atende a 80 crianças em horário integral e que existe desde 1982.

Posteriormente, em 1983, após a mobilização do grupo atuante no Circo Voador e sua articulação com o poder público, o prédio da Fundação Progresso, que ia ser demolido, foi restaurado e transformado em centro cultural. A Fundação Progresso, hoje, é um espaço cultural onde ocorrem shows, eventos, festas, exposições, cursos e oficinas ligados à arte. É uma das poucas edificações remanescentes no entorno dos Arcos, após remodelação de trecho do bairro na década de 1950 para abertura de uma grande avenida. O imóvel representa exemplo de arquitetura industrial da época no Rio de Janeiro.

3.2. A constituição de um circuito de lazer e consumo (1990 – 2010).

No início dos 1990, a área ainda era pouco movimentada, conservando alguns restaurantes tradicionais e seus imóveis de um modo geral ainda apresentavam um aspecto degradado. Contudo, já se fixava a definição da “vocação cultural e de lazer” da área de forma muito clara em programas e a oes do poder público e de grupos artísticos e da sociedade civil, seguindo uma tendência contemporânea das cidades

européias e norte-americanas da proliferação de políticas culturais que visam à regeneração urbana com base em investimentos estratégicos nas artes e na cultura e, usando um léxico mais recente, nas economias criativas (Ferreira, 2010; Vaz & Silveira, 2006).

No início da década de 1990, o projeto Quadra da Cultura destinou sobrados na Avenida Mém de Sá, de propriedade estadual e, antes ocupados por pequenos negócios, para instituições artísticas e culturais⁷ o que, juntamente com o Circo Voador e a Fundação Progresso deu início a um circuito de festas, bailes e espetáculos. Segundo o arquiteto Roberto Anderson Magalhães, técnico do INEPAC⁸, não houve, de fato, a construção de um projeto do governo do Estado para a área, mas sim a cessão de uso de imóveis públicos que estavam sob a gestão do Patrimônio Imobiliário do Estado do Rio de Janeiro para as referidas instituições culturais.

Santa'Anna (2004) vai mostrar como no final dos anos 80 e início dos anos 90 com a “descoberta” dos centros urbanos como áreas estratégicas houve o retorno de projetos de intervenção nos espaços públicos. Uma das conseqüências foi o “boom” de criação de Centros Culturais na área⁹. Santa'Anna conclui que

No Rio de Janeiro, a tendência mundial de utilização da cultura como fator dinamizador de projetos de valorização urbana tem se verificado concretamente. A capacidade que os centros culturais têm demonstrado de induzir a substituição da ocupação de áreas degradadas e trazer novos usos e usuários, tem animado outros governos a investir nessa estratégia. (...). Têm sido ainda responsáveis pela atração e fixação em certas ruas, de um comércio mais sofisticado e pela implantação de universidades privadas em edifícios comerciais esvaziados. Os grandes centros culturais têm sido, em suma, importantes âncoras do processo de revalorização do centro do Rio, contribuindo também para a manutenção da força dessa centralidade na estrutura urbana e metropolitana (2004:131).

Na Lapa, as novas atividades vão se expandindo com restaurantes e bares em

⁷ Sobrados foram cedidos para o Grupo Tá na Rua do diretor Amir Hadad, Centro de Teatro do Oprimido do diretor Augusto Boal, Grupo Hombu de Teatro, Instituto Palmares/Casa Brasil Nigéria e Federação dos Blocos Afros e Afoxés do Rio de Janeiro.

⁸ Entrevista não gravada dia 13 de abril de 2011.

⁹ A transformação do Paço Imperial em espaço de exposições, inaugurado em 1985, dava início ao processo de instalação de equipamentos culturais de porte nos antigos prédios da região, com o lançamento, em seqüência, do CCBB (1989), da Casa França-Brasil (1990), do Espaço Cultural dos Correios (1993), do Centro Cultural Light (1994), do Centro de Artes Hélio Oiticica (1996), do Espaço Cultural da Marinha (1998), do novo Cine Odeon (2000) e do Centro Cultural Justiça Federal, na Cinelândia. Além destes, outros centros culturais menores se instalaram em áreas como a Lapa, a Praça Tiradentes, o bairro da Gamboa e o Morro da Conceição.



casas e sobrados no trecho inicial da Rua Joaquim Silva, da Rua Visconde de Maranguape e do Largo da Lapa que aumentou o número de usuários e ambulantes, principalmente, à noite¹⁰. Nesse momento, começam a ser comuns na mídia reportagens¹¹ sobre o “renascimento” da Lapa com as atividades das casas de espetáculos, dos bares e restaurantes e do turismo da região, descrevendo esse êxito como consequência da consolidação de um circuito cultural boêmio e musical.

No final dos anos de 1990 e no período de 2000 a 2010, as atividades culturais, lazer e entretenimento se sofisticam e passam a ocupar trechos da Rua Mem de Sá, Riachuelo e Lavradio com a abertura de várias casas de show e bares. Vários autores (Vaz e Silveira, 2006; Bautès, 2006; Herschmann, 2007) demonstram que nesse período, a região foi passando por alterações urbanas que fizeram surgir ou se renovar uma diversidade de estabelecimentos: bares, restaurantes, antiquários que à noite oferecem serviços de bar com música ao vivo, clubes recreativos, centros culturais, inclusive aquecendo o mercado de imóveis na área.

3.2.1. A Rua do Lavradio e o Pólo Novo Rio Antigo.

Uma área de grande visibilidade é a Rua do Lavradio pela capacidade de articulação entre empresários locais e poder público, a partir de certas lideranças locais (Beautès, 2006). A existência da ACCRA¹², criada em 1992 e, posteriormente do Pólo Novo Rio Antigo, criado em 2005¹³ reflete a organização desse grupo de empresários e comerciantes locais.

Em 1996, um grupo de antiquários e donos de bares e restaurantes, decidiu criar a Feira Rio Antigo, na Rua do Lavradio, unindo-se em torno da ACCRA -Associação dos Comerciantes do Centro do Rio Antigo. Com o sucesso da Feira, veio o Projeto de Recuperação e Reurbanização da Rua do Lavradio, pela Prefeitura do Rio, que contou com o apoio incondicional do então SubPrefeito, o arquiteto Augusto Ivan de Freitas Pinheiro. (Plano de marketing Pólo Novo Rio Antigo 2006/2007, p.30).

O Pólo Novo Rio Antigo é uma associação que reúne empresários e profissionais da cultura, da gastronomia, do comércio, dos serviços, turismo e lazer das regiões da Cinelândia, Lapa, Rua do Lavradio, Praça Tiradentes, Largo do São Francisco e Rua da Carioca com o objetivo de fomentar a “revitalização” cultural,

¹⁰ Surge a expressão: “Baixo Lapa” que caracteriza áreas da moda da noite carioca, como por exemplo, o “Baixo Gávea”, o “Baixo Leblon”.

¹¹ Vide Veja Rio, reportagem de capa: “Lapa Quente. Bairro boêmio expande fronteiras e aumenta seu público” de 02 de agosto de 2006, acessada em 10/03/2011.

¹² Associação de Comerciantes do Centro do Rio Antigo.

¹³ Decreto Municipal 26200 de 27 de janeiro de 2006 (Pólo Cultural e Gastronômico Rio Antigo).

econômica e social desta parte do Centro Histórico carioca. Os principais centros culturais e casas de show da Lapa são associados a essa organização associativa. O pólo se pauta em três vetores de desenvolvimento – Cultura, Gastronomia e Memória, e busca promover a imagem da região gerando “externalidades positivas” que propiciem aumento da dinâmica local, diferenciação e promoção da região como destino de compra e lazer.

O pólo propõe ações de “requalificação” urbana com foco em ações de melhoria da infra-estrutura urbana (mobiliário urbano, iluminação pública, sinalização de prédios históricos e sinalização turística), criação de produtos e lugares turísticos, controle urbano (tráfego, segurança, ordem urbana), restauração de edifícios e fachadas, criação de um calendário de feiras temáticas e um projeto relacionado à memória oral. O enfoque nessas questões já são indícios das principais preocupações desse grupo que quer acesso a produção do espaço.

3.2.2. O Distrito Cultural da Lapa.

Os projetos e ações para o desenvolvimento da “vocação cultural” da área continuam e em junho de 2000, o projeto Distrito Cultural da Lapa, do governo estadual, foi criado. Coordenado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural, que delimitou área na região da Lapa para por meio de parcerias com empresas públicas e privadas realizar obras, reformas e restaurações dos sobrados cedidos para instituições culturais, pelo projeto anterior Quadra da Cultura, e também ocupar os vazios existentes com a construção de novos espaços destinados a atividades culturais.

Na análise de documento publicado pelo coordenador do projeto, temos que as ações realmente efetivadas relacionavam-se com a restauração de sobrados por meio do patrocínio da Petrobrás. Segundo o decreto estadual, os imóveis de propriedade estadual na área devem ser usados para atividades culturais¹⁴.

Silveira (2004) resume desse modo a real implementação do projeto:

As tentativas de implantação do Distrito Cultural da Lapa não ocorreram conforme a concepção inicial do projeto (...) essa memória teria contribuído, no entanto, para revelar uma dinâmica capaz de estimular ações da iniciativa privada, de grupos sociais locais, que, por sua vez, reivindicaram do poder público a realização de obras de reurbanização.(p.134).

¹⁴ Decreto Estadual n. 26.459 de 07 de junho de 2000.

3.2.3. O Projeto Lapa Legal

Recentemente, a prefeitura da cidade lançou o Projeto Lapa Legal que objetiva valorizar a “vocação multicultural” da Lapa e suas riquezas artística, arquitetônica e histórica, com o aproveitamento do potencial cultural e turístico dessa área, a regularização urbana da Lapa e de seu entorno, a preservação do patrimônio arquitetônico do Rio Antigo e o incentivo à captação de recursos e investimentos privados para a geração de empregos na região, resultando no desenvolvimento de atividades culturais, turísticas e econômicas da Lapa. A Prefeitura do Rio criou um grupo de trabalho para elaborar o projeto (Decreto Municipal 30.382 de 02 de janeiro de 2009). Conforme documento da Subsecretaria Municipal de Patrimônio Cultural, coordenadora do projeto, o grupo de trabalho busca “a partir de um diagnóstico sócio-cultural, estruturar ações integradas de intervenções urbanas que promovam efetivo ordenamento do espaço público e requalificação do ambiente cultural da Lapa” (p.2). No projeto observa-se a necessidade de se considerar a dinâmica dos diferentes recortes temporais da Lapa, Lapa Dia e Lapa Noite, e a grande diversidade urbana identificada nessa fração da cidade. O projeto objetiva a regeneração urbana por meio da potencialização do uso e da valorização do patrimônio cultural.

Essa primeira organização do olhar sobre o desenvolvimento das ações na Lapa permite afirmar que o processo em questão relaciona intervenções urbanas à preservação do patrimônio cultural e o estabelecimento de circuitos de lazer e entretenimento. A valorização cultural da Lapa ocorre a partir de estratégias de apropriação deste espaço material e simbolicamente, por meio de investimentos culturais no centro antigo da cidade dotado de elevado valor simbólico e a construção de imagens e narrativas sobre a área freqüentemente remetem para esses elementos.

A festa no seu sentido mais nobre (com uma multiplicidade de gêneros e artistas) e no seu território mais fértil (na rua, na praça, na casa e na pista). Eis a Lapa. Ornada por um dos mais enigmáticos cartões postais da cidade, o Aqueduto da Carioca estria a praça recriando ao seu modo o encontro entre o antigo e o novo, com soberania e exatidão. Fonte transbordante de lirismo e poesia, poder-se-ia dizer que a Lapa é o mito fundador do espírito da Cidade Maravilhosa, berço de todos os ritmos: samba, forró, música eletrônica, tudo isso no movimento dos corpos que brilham e convergem para na noite crua e doce da boemia. Sábia Madame Satã! Suas ruas: Riachuelo, Lavradio e Mém de Sá, para ficar nas principais, são correntes tal qual a voz afinada de seus artistas, seus mendigos, seus travestis que, num ato de bravura e tensão acolhem a noite na garganta sincopada. Se hoje ela não é mais praia, como no início do século XX, onde Carmen Miranda pôde brincar e crescer ao lado dos



maiores nomes da intelectualidade e dos artistas daquela época, e nem os moradores precisam ir até lá buscar água na bica, o bairro continua reservando aquilo que seu espírito sempre cativou: a diversidade. Tudo isso faz da Lapa e suas adjacências um dos mais democráticos, animados e vibrantes centros de diversão que a cidade ainda continua produzindo. (...) Ainda hoje a Lapa continua dado exemplo de vitalidade e mostra sua capacidade de transfiguração, atraindo para si milhares de pessoas interessadas na boa música, na deliciosa gastronomia e na atmosfera que o casario mantém cheio de histórias e lembranças. (Plano de marketing do Pólo Novo Rio Antigo, 2006-2007, p. 21, 22,23).

Lendo o trecho acima, temos pistas sobre a reinvenção de imagens da cidade. Apesar da idéia de democracia e diversidade no texto, há uma hierarquia na seleção de certos conteúdos, grupos e “pedaços da Lapa”, gerando a demarcação de fronteiras espaciais e simbólicas. Nesse caso, nada se fala sobre o passado industrial da Lapa, por exemplo.

Como Zukin (2000) mostra, a revalorização do centro só poderia acontecer se o elemento vernáculo (edifícios degradados e ocupados por pequenas indústrias e negócios e outras formas vernáculas) fosse reabsorvido numa paisagem construída (paisagem de poder) reconhecida pelo deambulador de classe média como estético (Featherstone, 1995).

O trabalho aponta, em relação à produção do espaço, para a importante influência da associação entre um grupo de empreendedores locais e o poder público: resignificando os imóveis, os atribuindo novos usos e sentidos do espaço, na maior parte das vezes, ligados a atividades culturais, de lazer e turismo. São acionados elementos específicos da memória local e há ações de recuperação do seu patrimônio edificado para o aumento das possibilidades de visitação e interação com espaços históricos, há também paralela destradicionalização do patrimônio (Fortuna, 1997), e sua inserção na cultura de consumo.

Leite (2004) mostra como “uma das mais recorrentes características arquitetônicas das práticas de *gentrification* tem sido a *relocalização* estética do passado, cujo padrão alterado de práticas que mimetizam o *espaço público* promoveria uma colagem da tradição” (p.64). Entretanto, para uma análise mais complexa desses processos de estetização, também é necessário entender como se faz “uso” (Certeau, 1994) desses espaços. “Dispositivos semelhantes, jogando com relações de força desiguais, não geram efeitos idênticos”. (Certeau, 1994: 44).



Referências Bibliográficas.

- ARANTES NETO, Antônio Augusto. (2000). **Paisagens Paulistas: transformações no espaço público**. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial.
- BAUTÈS, Nicolas. (2006). **Espaço-patrimônio e dinâmica de atores na Rua do Lavradio (Centro Histórico do Rio de Janeiro). A produção sócio-política do “Novo Rio Antigo”**. In GOMES F. & PELEGRINO A.I. *Transformações no mundo do trabalho e políticas públicas: a questão do comércio ambulante em tempos de globalização*. Rio de Janeiro: Ed. DP& A.
- De CERTEAU, Michel. (1994). **A invenção do cotidiano: as artes de fazer**. Petrópolis: Vozes.
- FEATHERSTONE, Mike. (1995). **Cultura de Consumo e Pós-Modernismo**. São Paulo: Studio Nobel.
- FERREIRA, Claudino. (2010). **Cultura e Regeneração Urbana: Novas e Velhas Agendas da Política Cultural para as Cidade**. *Revista Tomo*. N. 16; jan/junho.
- FORTUNA, Carlos. (1997), **Destruturalização e Imagem da Cidade: o caso de Évora**. In: Fortuna, C. (org). *Cidade, Cultura e Globalização: ensaios de sociologia*. Oeiras, Celta Editora.
- FREHSE, Fraya. (2009). **Os Usos da Rua**. In: Fortuna, Carlos & e Leite, Rogério Proença (orgs.). *Plural de Cidade: Novos Léxicos Urbanos*. Coimbra: Edições Almedina S. A.
- HARVEY, David (1992). **Condição pós-moderna**. São Paulo, Loyola.
- HERSCHMANN, Micael. (2007). **Lapa, Cidade da Música. Desafios e perspectivas para o crescimento do Rio de Janeiro e da indústria independente nacional**. Rio de Janeiro: Ed. Mauad X.
- HUYSSSEN, Andreas. (2008). **Introduction: World Cultures, World Cities**. In: Huysen, Andreas (editor). *Other Cities, Other Worlds: Urban Imaginaries in a Globalizing Age*. Durham and London: Duke University Press.
- LEITE, Rogério Proença. (2004). **Contra Usos da Cidade. Lugares e Espaço Público na Experiência Urbana Contemporânea**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, Aracaju, SE: Editora UFS.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. (2002). **De Perto e de Dentro: notas para uma etnografia urbana**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 17, nº. 49, pp. 11-29.
- PEIXOTO, Paulo. (2009). **Requalificação Urbana**. In: Fortuna, Carlos & e Leite, Rogério Proença (orgs.). *Plural de Cidade: Novos Léxicos Urbanos*. Coimbra: Edições Almedina S. A.
- RUBINO, Silvana. (2009). **Enobrecimento Urbano**. In: Fortuna, Carlos & e Leite, Rogério Proença (orgs.). *Plural de Cidade: Novos Léxicos Urbanos*. Coimbra: Edições Almedina S. A.
- SANTA’ANNA, Márcia. (2004) **A Cidade – Atração: a norma de preservação de centros urbanos no Brasil dos anos 90**. Tese aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia. Salvador.
- SILVA, Regina Helena Alves da. (2008). **Cartografias urbanas: lugares, espaços e fluxos comunicativos**. Comunicação apresentada no IV ENECULT – Encontros de Estudos Multidisciplinares em Cultura – 28 a 30 de maio de 2008, Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador, Bahia.



SILVEIRA, Carmen B. (2004). **O Entrelaçamento Urbano-Cultural: centralidade e memória no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: UFRJ.

SMITH, Neil. (2006). **A Gentrificação Generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana local**. In: Bidou-Zachariassen, Catherine (org.). *De Volta à Cidade. Dos processos de gentrificação às políticas de revitalização dos centros urbanos*. São Paulo: AnnaBlume. pp. 59-87.

VAZ, Lilian Fessler & SILVEIRA, Carmen B. (2006). **A Lapa Boêmia na Cidade do Rio de Janeiro: Um Processo de Regeneração Cultural? Projetos, Intervenções e Dinâmica do Lugar**. In: Heliana Comin Vargas; Ana Luisa Howard de Castilho. (orgs.). *Intervenções em Centros Urbanos: Objetivos, estratégias e resultados*. 1ª ed. Barueri - São Paulo: Manole, 67-99.

_____. (2000). **Paisagens Urbanas Pós-Modernas: Mapeando Cultura e Poder**. In: Arantes, Antonio Augusto (org.). *O Espaço da Diferença*. Campinas, SP: Papirus.

DOCUMENTOS CONSULTADOS.

MAGALHÃES, Roberto Anderson de Miranda. **Distrito Cultural da Lapa**. Texto disponível em www.inepac.rj.gov.br, disponibilizado em fevereiro de 2006.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral. **Corredor Cultural**. Rio de Janeiro, 1980.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Urbanismo. IPP. Diretoria de Urbanismo. **Lapa – Revitalização e Recuperação**. Rio de Janeiro, 2002.

PÓLO NOVO RIO ANTIGO. **Plano de Marketing do Pólo Novo Rio Antigo**, 2006/2007.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. IPLAN-RIO; RIOARTE. **Como recuperar, reformar ou construir seu imóvel no Corredor Cultural**. Rio de Janeiro, 1989.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Cultura. Subsecretaria Municipal de Patrimônio Cultural, Intervenção Urbana, Arquitetura e Design. **Projeto Lapa Legal**. Rio de Janeiro, 2011.

SITES.

www.lanalapa.com.br

<http://www.novorioantigo.com.br/>

<http://www.lapacriativa.com.br>

<http://noticiascultura.rio.rj.gov.br>